



TRABALHO

Congresso dividido com a jornada 6 x 1

PEC que propõe o fim da escala ganha mais adeptos, mas há parlamentares preocupados com a proposta, como o deputado Hugo Motta, favorito à Presidência da Câmara. Ele ressalta que é preciso ouvir o outro lado, o dos empregadores

» ISRAEL MEDEIROS
» CAMILA CURADO

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Motta: "Temos que ouvir os dois lados, para que não venhamos a ter o avanço de uma pauta que possa, amanhã, ser danosa ao país"

A crescente pressão nas redes sociais em favor da proposta de emenda à Constituição (PEC) que propõe o fim da escala de seis dias de trabalho por um dia de folga tem ganhado mais adeptos no Congresso — até agora, há 134 signatários —, mas inspira, também, preocupações. Favorito à Presidência da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), se disse apreensivo com a proposta.

Para ele, a interlocução da população com o Congresso é importante, mas todos os lados têm de ser consultados. "É um tema que nós temos e nós vamos discutir, mas não ouvindo apenas um lado. Nós temos que ouvir, também, quem emprega", afirmou, durante um almoço da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE).

Ele continuou: "Nós temos que ouvir os dois lados, para que, a partir daí, nós não venhamos a ter o avanço de uma pauta que possa, amanhã, ser danosa ao país".

Na sequência, o líder do Republicanos disse que a sua posição não é nem favorável nem contrária à proposta de autoria da deputada Érika Hilton (PSol-SP). "Não estou aqui dizendo que sou a favor ou contra. Estou dizendo que o Parlamento tem que, na sua maturidade, discutir esses temas e discutir, respeitando quem pensa o contrário", destacou. "A Câmara não pode se transformar em uma Casa onde o debate fique prejudicado, às vezes, por agressões pessoais e verbais, que em nada contribuem."

Durante a sua participação, Motta também disse querer "avancar em uma agenda positiva" sem prejudicar a geração de empregos.

Esse é o discurso adotado por parlamentares mais alinhados à direita em discursos inflamados nas tribunas da Câmara e do Senado desde que o assunto ganhou as manchetes.

No Senado, o tema causou uma discussão acalorada entre senadores com posições divergentes. Em sessão deliberativa, o senador Cleitinho (Republicanos-MG) foi à tribuna defender a proposta.

Adesão de partidos

Veja quantos parlamentares, por legenda, assinaram a PEC

PT	67	MDB	4	Republicanos	2
PSol	13	PP	4	Solidariedade	2
União	8	PSB	4	PL	1
PCdoB	7	Avante	3	Rede	1
PDT	7	PV	3	Podemos	1
PSD	5	PSDB	2		

Manifestação

A petição pública criada pelo movimento Vida Além do Trabalho (VAT) a favor da proposta já alcançou 2 milhões de assinaturas e há manifestações marcadas para a próxima sexta-feira, feriado do Dia da Proclamação da República, em diversas capitais do país.

Para o congressista, a discussão é uma questão de dignidade do trabalhador. Ele citou que seu pai, que morreu este ano aos 70 anos, deixou de viver momentos importantes com ele por ter uma escala de trabalho sem folgas.

"Que a gente tire essa questão de ideologia, que a gente possa representar o povo brasileiro aqui e que possamos, sim, neste momento, agora acabar com essa escala de seis por um. Essa não é uma questão de ideologia, é de

dignidade humana", afirmou.

O senador Jorge Seif (PL-SC), por sua vez, pediu a palavra e disse que nada impede que o trabalhador faça acordos com seu empregador. "O Parlamento tem tantas reformas que o Brasil precisa, Cleitinho. Eu acho que é muito mais importante nós discutirmos privatizações, modernizações, desburocratizações, deixarmos o Estado brasileiro mais leve, e não, mais uma vez, interferir na livre negociação de empregados e empregadores", rebateu.

Outra PEC

A repercussão traz para o debate textos semelhantes com tramitação parada no Congresso. Um deles é a PEC 221 de 2019, do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que vai ao encontro da redução da carga horária trabalhista. Não especifica o fim da jornada de trabalho 6 x 1, mas propõe limitar a escala para 36 horas semanais, em vez das 44 impostas pela legislação vigente.

Existente a possibilidade de a PEC de Lopes ser apensada à de Érika Hilton, a depender do acordo entre os dois e da criação de uma comissão especial para debater essa alteração constitucional.

Lopes foi um dos que assinaram a PEC de Érika Hilton. "Estou torcendo para que ela consiga as 171 assinaturas. Isso reforça a nossa iniciativa, reforça a luta pela redução da jornada de trabalho no Brasil", ressaltou (leia entrevista ao lado).

Segundo o parlamentar, "não se justifica mais, no século 21, uma jornada exaustiva de 44 horas". "Os nossos constituintes trabalharam pela redução, em 1988, das 48 horas para as 44, com a perspectiva da regulamentação de 40 horas. Então, chegou a hora, agora, de termos uma emenda constitucional que determine a redução para 36 horas. E, nesse sentido, a proposta da deputada Erika Hilton colabora em direção a esse avanço". (Com Agência Estado)

Quatro perguntas para

REGINALDO LOPES (PT-MG), DEPUTADO

Como avalia esse movimento pelo fim da jornada 6 x 1?

É superpositivo. A proposta converge com a nossa emenda constitucional de 2019, que propõe a redução da jornada de trabalho de 44 horas para 36 horas. Há modulações de acordo com as atividades econômicas em uma escala que pode ser 4 x 3, 5 x 2, mas ambas têm total convergência. O mais importante, neste momento, é a gente compartilhar os ganhos de produtividade, os avanços tecnológicos e a inteligência artificial com os trabalhadores, permitindo mais tempo livre para uma maior qualificação permanente dos cidadãos. Só assim vamos aumentar a renda per capita do trabalhador.

De que forma a redução colabora com o desenvolvimento social?

Somos um país preso na armadilha da renda baixa. Uma economia não cresce de maneira consistente se a gente não aumentar a renda dos trabalhadores. E, para isso, é fundamental aumento de produtividade. E a redução da jornada de trabalho vai permitir, mais uma vez, ganho de produtividade para todos os setores econômicos. Isso está comprovado. Já temos, como exemplo, a experiência bem-sucedida em vários países do mundo com a redução da jornada de trabalho semanal."

Qual é a conexão do texto que pede pelo fim da jornada 6 x 1 com a PEC 221?

Temos convergência total na redução da jornada 6 x 1 com a redução da jornada da carga horária de 44 horas para 36. Essas propostas estão extremamente conectadas entre si. Estamos combinando que a redução da jornada entrará em pauta de negociação com outros acordos coletivos e vamos estabelecer diálogos com as principais confederações dos setores produtivos da economia brasileira.

Com a repercussão do assunto, sua proposta volta a entrar em discussão na Câmara?

Vamos solicitar novamente à CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) para indicar um novo relator, porque o deputado Tarcísio Motta (PSol-RJ) deixou de ser membro da comissão no início deste ano, mas ele já havia deixado o relatório favorável, de admissibilidade, o que nos permite que, logo que aprovado, a Câmara instale a comissão especial para debater essa alteração constitucional. (CC)

Alckmin: redução "é tendência no mundo inteiro"

» VICTOR CORREIA

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, disse que a redução da jornada de trabalho é uma "tendência no mundo inteiro", mas que debate cabe à sociedade e ao Congresso.

"Isso ainda não foi discutido, mas acho que é uma tendência no mundo inteiro. À medida que a tecnologia avança, você pode fazer mais com menos pessoas, ter uma jornada menor", ressaltou, em Baku, onde participa da COP29.

Dos integrantes do Palácio do Planalto, quem também se manifestou ontem sobre a PEC foi o ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta.

"A proposta de alterar a escala 6 x 1 tem meu apoio. Toda iniciativa que tem por objetivo melhorar as condições de trabalho e a vida da classe trabalhadora terá sempre nosso apoio. Se eu estivesse na Câmara, já teria assinado

a PEC. Temos uma luta histórica em defesa da redução da jornada de trabalho", declarou.

Críticas

Já a Confederação Nacional da Indústria (CNI) frisou que o tema tem de ser tratado por empresas e trabalhadores em processos de negociação coletiva. Para a entidade, "uma eventual imposição por lei de limite inferior a 44 horas para o trabalho semanal não só enfraquece o processo de diálogo entre empregadores e empregados como desconsidera as variadas realidades em que operam os setores da economia, os segmentos dentro da indústria, o tamanho das empresas e as disparidades regionais existentes no país".

Também conforme a CNI, uma redução estabelecida por lei "deve produzir efeitos negativos no mercado de trabalho e na capacidade das empresas de competir, sobretudo aquelas de

micro e pequeno porte".

"Assim, para a CNI, a negociação coletiva é o melhor caminho para que empresas e trabalhadores encontrem as soluções em acordo com as respectivas realidades econômicas e produtivas."

Conta não fecha

O presidente do Conselho de Relações do Trabalho da CNI, Alexandre Furlan, afirmou que não se sustenta o argumento de que a redução de jornada estimularia a criação de empregos. "É uma conta que não fecha. O que fomenta a criação de empregos é o crescimento da economia, que deve ser nossa agenda de país", destacou.

Por sua vez, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) se disse preocupada com a proposta de redução da atual jornada de trabalho de 44 para 36 horas semanais, sem que haja redução proporcional dos salários.

"Entre os impactos, estariam

Cadu Gomes/VPR



Alckmin: "Isso é um debate que cabe à sociedade e ao Parlamento"

a perda de produtividade. Segundo estudo da Gerência de Economia da FIEMG, a diminuição da carga horária semanal pode resultar em uma perda de R\$ 8,5 bilhões para as indústrias brasileiras e de R\$ 38

bilhões para os setores produtivos de modo geral do país." A entidade também ressaltou que a medida pode impactar a inflação, pois os custos das empresas seriam repassados aos consumidores.